



PLANO ANUAL DE REGULAÇÃO – PAREG 2023

O Plano Anual de Regulação - PAREG tem como objetivo organizar e monitorar as atividades regulatórias da ANCINE, por meio de um planejamento estruturado, com a definição de projetos, prioridades, entregas e prazos, visando à racionalização de recursos e a uma maior eficiência das atividades desempenhadas.

As iniciativas previstas no Plano buscam gerar conhecimento e subsidiar estudos do setor, servindo como marco orientador para as diversas unidades da ANCINE que atuam na elaboração das normas, análises e estudos, bem como proporcionar à sociedade e agentes do mercado acesso ao conhecimento gerado pelas iniciativas e suporte para proposição de políticas públicas.

O PAREG é uma das medidas de modernização dos instrumentos de planejamento da Agência. O Plano, que busca a eficiência e a desburocratização, foi concebido segundo formas de regulação que contrastam com a modalidade de “comando (obrigações regulatórias) e controle (fiscalização)”, tais como: regulação por informação, consenso, incentivos e arquitetura.

As iniciativas do PAREG 2023 estão divididas em dois (02) eixos: qualidade regulatória e estudos e publicações.

O eixo “qualidade regulatória” abrange iniciativas em busca da melhoria da qualidade do sistema regulatório, otimizando o uso de recursos, diminuindo a burocracia e considerando a relação de custo x benefício das ações implementadas, prezando pela transparência e *accountability*.

Conforme prevê o Plano Estratégico da Ancine 2020-2023, a disseminação do conhecimento sobre o setor audiovisual brasileiro é um dos macroprocessos finalísticos da agência. O eixo “estudos e publicações” tem como objetivo fornecer informações qualificadas sobre o mercado audiovisual, por meio de publicações no portal do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA), com base em dados primários, recolhidos em função do trabalho de fomento, regulação e fiscalização da ANCINE, e dados secundários, provenientes de fontes externas.

A execução das iniciativas do PAREG é de responsabilidade das unidades de regulação da Agência: Secretaria de Regulação, SRG; Superintendência de Fiscalização e Combate à Pirataria, SFI; e Superintendência de Registro, SRE.

O PAREG 2023 foi aprovado por meio da Deliberação de Diretoria Colegiada n.º 2531-E, de 22 de dezembro de 2023.

QUALIDADE REGULATÓRIA					
INICIATIVA		OBJETIVO	UNIDADE RESPONSÁVEL	INDICADOR	METODOLOGIA
01	Elaboração de Análise de Impacto Regulatório (AIR) sobre Acessibilidade na TV Paga.	Esta iniciativa visa a subsidiar tecnicamente eventual processo de regulamentação da acessibilidade visual e auditiva no segmento de TV Paga.	SRG	Análise de Impacto Regulatório finalizada e submetida à apreciação da Diretoria Colegiada.	Emprego das metodologias previstas em documentos de referência sobre a realização de AIR.
02	Elaboração de Análise de Impacto Regulatório (AIR) sobre a regulamentação do Art. 27, da MP 2.228-1/01.	O Art. 27, da Medida Provisória 2.228-1/01, dispõe sobre o licenciamento para comunicação pública de obras realizadas com recursos públicos federais em canais educativos, legislativos, universitários, judiciários, comunitários e estabelecimentos públicos de ensino, dez anos após a sua primeira exibição. Esta iniciativa visa a subsidiar tecnicamente a regulamentação do referido artigo.	SRG	Análise de Impacto Regulatório finalizada e submetida à apreciação da Diretoria Colegiada.	Emprego das metodologias previstas em documentos de referência sobre a realização de AIR.
03	Elaboração de estudo ou Análise de Impacto Regulatório (AIR) sobre regulamentação da celebração e acompanhamento de Termo de Ajuste de Conduta (Instrução Normativa nº 118/2015).	Esta iniciativa visa a subsidiar tecnicamente a revisão da regulamentação da celebração e acompanhamento de Termo de Ajuste de Conduta – TAC (Instrução normativa nº 118).	SFI	Estudo/AIR finalizado e submetido à apreciação da Diretoria Colegiada.	Emprego das metodologias previstas em documentos de referência sobre a realização de AIR. Caso a revisão se enquadre nos casos de dispensa de AIR, previstos no Art. 4º, do Decreto 10.411/2020, para fundamentar a proposta, será elaborada Nota Técnica ou documento equivalente.
04	Elaboração de estudo ou Análise de Impacto Regulatório (AIR) sobre regulamentação do registro de agentes econômicos	Esta iniciativa visa a subsidiar tecnicamente a revisão da regulamentação do registro de agentes econômicos, bem como a inclusão do segmento de Vídeo por Demanda no	SRE	Estudo/AIR finalizado e submetido à apreciação da Diretoria Colegiada.	Emprego das metodologias previstas em documentos de referência sobre a realização de AIR.

	(Instrução Normativa nº 91/2010).	escopo da norma. (Instrução Normativa nº 91/2010).			Caso a revisão se enquadre nos casos de dispensa de AIR, previstos no Art. 4º, do Decreto 10.411/2020, para fundamentar a proposta, será elaborada Nota Técnica ou documento equivalente.
05	Elaboração de estudo ou Análise de Impacto Regulatório (AIR) sobre regulamentação do registro de obra audiovisual não publicitária e emissão de Certificado de Registro de Título Não Publicitário (Instrução Normativa nº 105/2012).	Esta iniciativa visa a subsidiar tecnicamente a revisão da regulamentação do registro de obra audiovisual não publicitária e emissão de Certificado de Registro de Título Não Publicitário, bem como a inclusão do segmento de Vídeo por Demanda no escopo da norma. (Instrução Normativa nº 105/2012).	SRE	Estudo/AIR finalizado e submetido à apreciação da Diretoria Colegiada.	Emprego das metodologias previstas em documentos de referência sobre a realização de AIR. Caso a revisão se enquadre nos casos de dispensa de AIR, previstos no Art. 4º, do Decreto 10.411/2020, para fundamentar a proposta, será elaborada Nota Técnica ou documento equivalente.
06	Elaboração de estudo ou Análise de Impacto Regulatório (AIR) sobre regulamentação do Art. 29, da Medida Provisória n.º 2.228-1/2001, para tratamento da obrigatoriedade da prestação de informações à ANCINE pelos agentes econômicos do segmento de Vídeo por Demanda.	O Art. 29, da Medida Provisória 2.228-1/01, atua no contexto do Sistema de Informações e Monitoramento da Indústria Cinematográfica e Videofonográfica, de responsabilidade da ANCINE, e dispõe sobre a necessidade de que sejam apresentadas à Agência informações sobre obras veiculadas em qualquer suporte ou veículo no mercado brasileiro. Esta iniciativa visa a subsidiar tecnicamente a regulamentação do referido artigo para o segmento de Vídeo por Demanda, com vistas ao auxílio técnico dos Poderes Executivo e Legislativo, para fins da regulamentação dos serviços de Vídeo por Demanda.	SRG	Estudo/AIR finalizado e submetido à apreciação da Diretoria Colegiada.	Emprego das metodologias previstas em documentos de referência sobre a realização de AIR. Caso a revisão se enquadre nos casos de dispensa de AIR, previstos no Art. 4º, do Decreto 10.411/2020, para fundamentar a proposta, será elaborada Nota Técnica ou documento equivalente.

ESTUDOS E PUBLICAÇÕES					
INICIATIVA		OBJETIVO	UNIDADE RESPONSÁVEL	INDICADOR	METODOLOGIA
07	Elaboração de Informe Anual do Mercado Cinematográfico.	Elaborar e publicar, no OCA, o “Informe Anual de Mercado Cinematográfico”, com dados relativos ao mercado cinematográfico (obras, parque exibidor, distribuição, oferta de conteúdo brasileiro) e análises sobre o tema.	SRG	Informe Publicado no OCA.	Elaboração de informe contendo informações relativas ao mercado cinematográfico brasileiro, a partir de dados primários e secundários (fonte externa).
08	Elaboração de Estudo sobre Emprego no Setor Audiovisual.	Elaborar e publicar, no OCA, estudo sobre o perfil do emprego gerado pelo setor audiovisual.	SRG	Estudo publicado no OCA.	Elaboração de estudo contendo informações sobre o perfil do emprego no setor audiovisual, a partir de dados primários e secundários (fonte externa).
09	Elaboração de Estudo de Valor Adicionado pelo Setor Audiovisual.	Elaborar e publicar, no OCA, estudo relativo ao valor adicionado pelo setor audiovisual.	SRG	Estudo publicado no OCA.	Elaboração de estudo visando à mensuração do Valor Adicionado pelo setor audiovisual brasileiro.
10	Elaboração de Estudo sobre Audiência de TV Paga.	Elaborar e publicar, no OCA, estudo voltado para análise de dados de audiência na TV paga.	SRG	Estudo publicado no OCA.	Elaboração de estudo analítico sobre dados de audiência na TV paga.
11	Elaboração de Estudo sobre Mercado de Vídeo sob Demanda no Brasil.	Elaborar e publicar, no OCA, estudo sobre oferta de conteúdos e plataformas de Vídeo sob demanda no Brasil.	SRG	Estudo publicado no OCA.	Elaboração de estudo contendo informações de oferta de conteúdos em plataformas de Vídeo sob demanda, a partir de dados secundários.
12	Elaboração de Anuário Estatístico do Audiovisual Brasileiro.	Elaborar e publicar, no OCA, o Anuário Estatístico do Audiovisual Brasileiro.	SRG	Estudo publicado no OCA.	Elaboração do Anuário Estatístico do Audiovisual Brasileiro contendo informações consolidadas sobre os segmentos do mercado audiovisual, dados estatísticos e análises relativas ao crescimento e às

					tendências do setor, a partir de dados primários e secundários (fonte externa).
13	Elaboração de estudo sobre a disponibilidade de soluções para a acessibilidade aos conteúdos audiovisuais nos segmentos de mercado de TV Paga e de Cinema.	Elaborar e publicar, no OCA, estudo com mapeamento e análise comparativa das soluções existentes em acessibilidade para TV Paga e Cinema.	SRG	Estudo publicado no OCA.	Elaboração de estudo contendo análise comparativa das soluções em acessibilidade, baseada em rol de critérios a serem definidos.